



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5574

Presidente da Mesa Diretora: Ademar de Barros Bicalho

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Normas, obrigações, proibições e regulamentos

Autoria: Maria de Fátima Pereira Macedo

Data: 19/11/2002

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 92/2002. Dispõe sobre a obrigatoriedade da preservação das nascentes d'água no município de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 17 **Posição:** 51 **Número de folhas:** 06

Expediente: 72
Categoria: Normas
C.C.: 17
Ordem: 51
nº fls.: 04



92/2002
26/11/2002

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2.002

AUTOR:

VEREADORA : FÁTIMA PEREIRA MACEDO

ASSUNTO:

Dispõe sobre a obrigatoriedade da preservação das nascentes d'águas
do Município de Montes Claros.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 19/11/2.002
- 2 - Comissão Legislação e Justiça
- 3 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - C.A. EM 26.11.2002
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vereadora Fátima Pereira Macedo

PROJETO DE LEI / 2002.

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da preservação das nascentes d’águas do município de Montes Claros”.

A Câmara Municipal de Montes Claros –MG., aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º-Torna-se obrigatória à preservação de todas as nascentes d’águas do município de Montes Claros;

Art.2º- As áreas destinadas a assentamentos e ou loteamentos urbanos do município de Montes Claros, que contenham nascentes d’águas, ficam obrigadas à elaboração de projeto com a finalidade da preservação dessas nascentes;

§1º- O projeto, que caracteriza a preservação das nascentes, deverá ser elaborado por profissional qualificado e credenciado pelo CREA, mediante, ainda, a aprovação pelo IGAM;

§ 2º - A elaboração do projeto de que trata o *caput* deste artigo, constituirá fator primordial, junto ao Poder Executivo do município, para a aprovação dos loteamentos e ou assentamentos urbanos;

Art. 3.º-As áreas delimitadas à preservação, de que trata o Art. 2º desta Lei, serão integradas às áreas institucionais com a finalidade, ainda, de recanto ao lazer público;

Parágrafo Único - Ficam vedadas às áreas de que trata o *caput* deste artigo, as construções que venham contribuir e ou colocar em risco a preservação dessas;

Art.4.º-Considerar-se-á qualquer ato que venha colocar em risco às áreas de preservação das nascentes d’águas do município de Montes Claros, infração gravíssima independentemente dos seus objetivos;

Art.5.º-Compete,ainda, ao Poder Executivo do município, através de órgão especializado, executar a fiscalização,estabelecer as formas de punições às infrações e a fixação dos valores referentes às multas, visando o fiel cumprimento desta Lei;



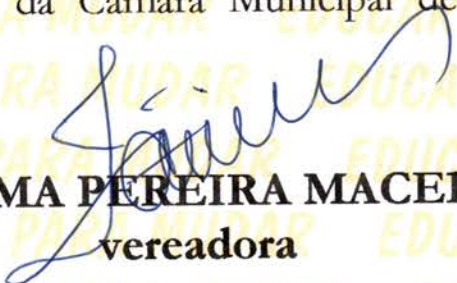
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vereadora Fátima Pereira Macedo

Art. 6º - Fica autorizado ao Poder Executivo, do município de Montes Claros, firmar convênio com os Órgãos Estaduais e Federais, objetivando otimizar a preservação das nascentes d'águas do município;

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 18 de novembro de 2002.


FÁTIMA PEREIRA MACEDO
vereadora

JUSTIFICATIVA

As nascentes d'águas são o fator primordial à existência dos rios.

Com base neste fato tenta-se, através deste projeto, contribuir de alguma forma com a preservação desses mananciais tão vitais às populações urbanas e rurais deste sertão.

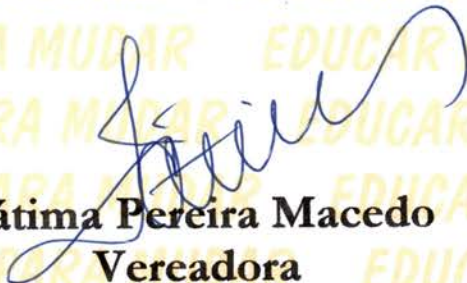
A preservação das nascentes, normatizada através desta Lei, contribui de alguma forma para a melhoria da presente vida ambiental e simultaneamente com a da posteridade.

A escassez de água já se faz presente em nossos rincões e a da energia elétrica em nossos lares; uma dependente da outra e, a nossa sobrevivência das duas.

A pretensão desta Lei é também levar o alerta a toda população deste município, tanto na zona urbana como rural, que a responsabilidade é, sobretudo, nossa.

E é levando a conscientização ecológica a cada cidadão, dentre outras, na forma da Lei, é que preservaremos a nossa espécie, as outras e o que é de maior importância... A Vida.

Para aqueles que não desejam aderir a esta conscientização e à responsabilidade de cidadão, toma-se a Lei como instrumento delas, mesmo que através das suas punições.


Fátima Pereira Macedo
Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 20 DE NOVEMBRO DE 2002

PRESIDENTE

E LEGAL CONTINUA



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 26 DE NOVEMBRO DE 2002

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2002 QUE “ Dispõe sobre a obrigatoriedade da preservação das nascentes d’águas do município de Montes Claros.”, de autoria da Vereadora Fátima Pereira Macedo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A proposição em apreço institui a obrigatoriedade da preservação de todas as nascentes d’águas do município de Montes Claros e, para tanto, o projeto que caracterizar essa preservação, deverá ser elaborado por profissionais qualificados e credenciados pelo CREA, mediante à aprovação pelo IGAM e, constituirá fator primordial, junto ao Poder Executivo, para aprovação dos loteamentos e ou assentamentos urbanos.

Afasta-se a preliminar de inconstitucionalidade, por não ferir os ditames da nossa Constituição Federal.

Conforme o art.23, VI, da nossa Lei Suprema:

Art.23 CF- É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI- proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

No sentido, o art.214 da LOM, dispõe:

Art.214- Todos têm direito ao meio ambiente saudável, ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à adequada qualidade de vida, impondo-se a todos e em especial ao Poder Público Municipal , o dever de defendê-lo e preservá-lo para o benefício das gerações atuais e futuras.

g2500



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Colacionando-se Hely Lopes Meirelles, temos:

“ Cabe, assim, ao Município, dentro de seu território e nos limites de sua competência institucional, policiar as águas que abastecem a cidade para uso doméstico e as demais cujo uso possa propiciar contaminação à população (águas de irrigação, águas de piscinas públicas, águas das praias), não só tratando aquelas e estas, como protegendo os mananciais contra a poluição, geralmente produzida por efluentes de esgotos urbanos e resíduos de indústrias, lançados *in natura* e clandestinamente nos rios e lagos de suas proximidades.”

Sendo assim, fulcrado no art. 30, I, da CF e art. 13, I, da LOM, temos:

Art. 30 CF- Compete ao Município:

I- legislar sobre assuntos de interesse local.

Ex positis, o Projeto de Lei não fere e nem contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo **Constitucional** e, tampouco infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, **Legal**.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG., 18 de novembro de 2002.


Gabriela Regina Abreu
Assessora Jurídica
OAB/ MG 81.617